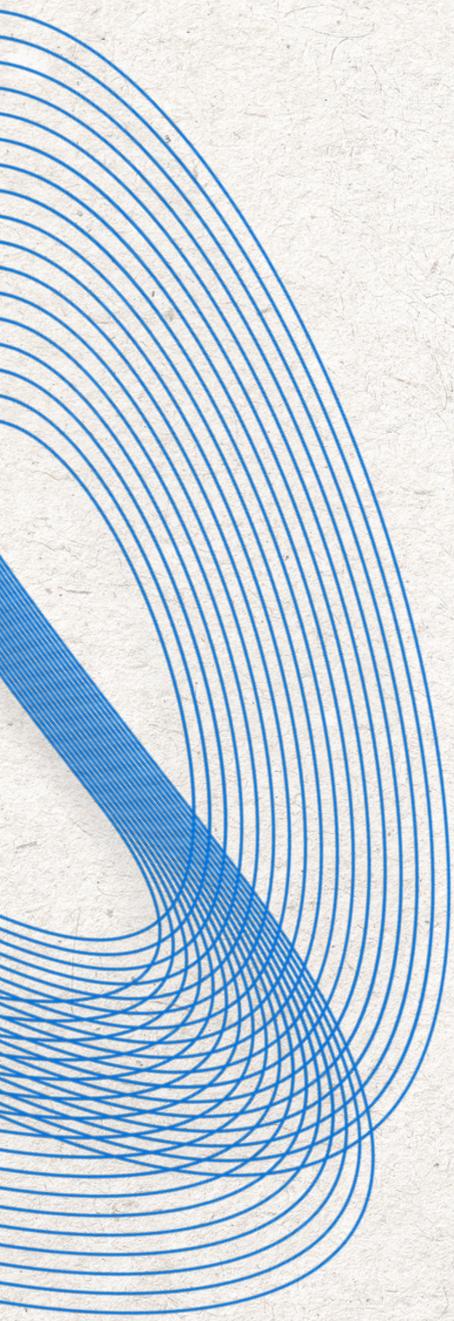




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santana do Araguaia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
 Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
 Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
 Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
 Objetivo 5 - Igualdade de Gênero	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
 Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santana do Araguaia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

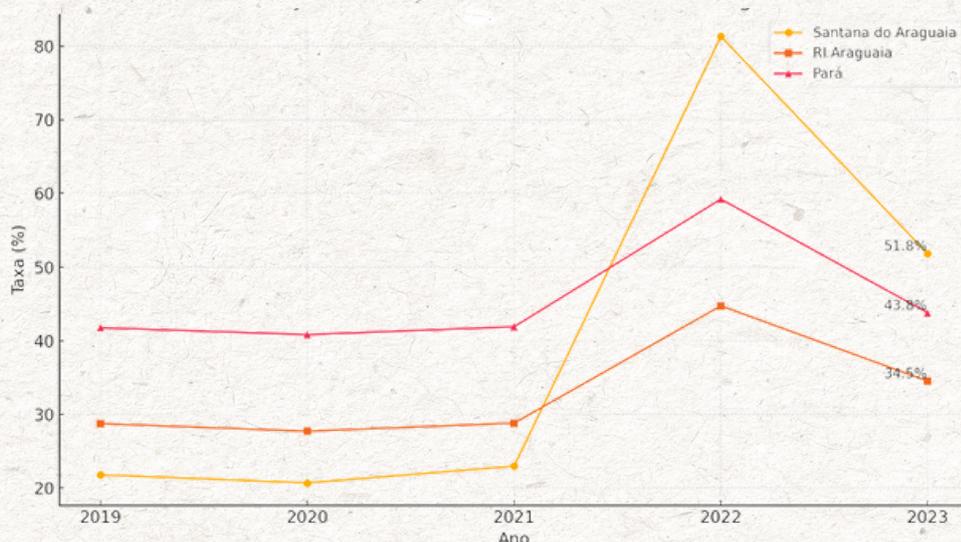
Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Santana do Araguaia apresentou estabilidade relativa, variando de 22,1% para 23,3%. Contudo, em 2022, observou-se uma elevação acentuada, atingindo 81,6%, um pico bastante superior às médias registradas tanto na Região de Integração Araguaia (45%) quanto no estado do Pará (59,2%) no mesmo ano. Esse salto pode estar relacionado a choques socioeconômicos intensificados pela pandemia e à insuficiência de redes de proteção social localizadas, que afetaram de forma mais intensa o município em comparação aos níveis regionais e estaduais (Gráfico 1).

No ano seguinte, 2023, houve uma queda expressiva da taxa de pobreza no município, que recuou para 51,8%, evidenciando certa recuperação, embora o índice ainda se mantenha em patamar elevado. Essa retração também foi observada nos demais níveis: a taxa na RI Araguaia caiu para 34,5% e no estado do Pará para 43,8%. Apesar da redução, Santana do Araguaia permanece com índices acima da média estadual, indicando vulnerabilidades estruturais persistentes que exigem políticas públicas mais focalizadas (Gráfico 1).



A comparação interterritorial revela que a volatilidade da taxa de pobreza foi significativamente maior no município do que nas escalas superiores. Enquanto o Pará e a RI Araguaia mantiveram relativa estabilidade entre 2019 e 2021 e apresentaram variações mais moderadas, Santana do Araguaia experimentou uma escalada abrupta seguida de retração, refletindo uma sensibilidade mais elevada a mudanças econômicas e sociais. Esses dados sugerem a necessidade de estratégias locais de combate à pobreza que levem em consideração as especificidades econômicas e demográficas do município (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Santana do Araguaia iniciaram o período de análise em patamar elevado, com 68,9% em 2019 e ligeiro aumento para 69,1% em 2020, demonstrando compromisso inicial com áreas fundamentais como saúde, educação e assistência. No entanto, em 2021, houve uma queda abrupta para 59,4%, refletindo provável redirecionamento orçamentário ou dificuldades fiscais enfrentadas pelo município em meio ao contexto da pandemia de COVID-19 (Gráfico 2).

Nos anos subsequentes, ob-

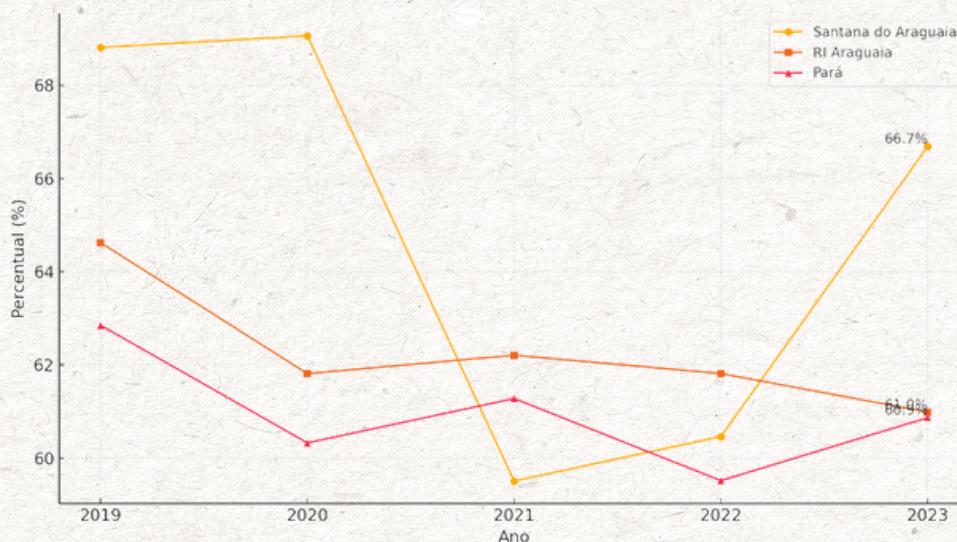
serva-se uma retomada gradual desses investimentos, com elevação para 60,5% em 2022 e avanço mais significativo em 2023, atingindo 66,7%. Este comportamento sugere um esforço de recuperação do padrão anterior de alocação orçamentária para os serviços essenciais, indicando possível priorização dessas áreas na retomada econômica local. Ainda assim, o percentual de 2023 ainda não supera o ápice registrado em 2020, demonstrando que há espaço para expansão dos investimentos sociais (Gráfico 2).

Comparativamente, tanto a

RI Araguaia quanto o estado do Pará mantiveram padrões mais estáveis no período analisado, com variações dentro de uma faixa mais estreita e sempre abaixo dos níveis municipais, o que destaca o desempenho relativamente superior de Santana do Araguaia na maior parte da série. Essa tendência pode refletir uma maior autonomia de gestão local ou políticas públicas mais direcionadas para a garantia de serviços essenciais, o que pode estar positivamente relacionado à contenção da taxa de pobreza nos últimos anos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em 2019, Santana do Araguaia apresentava uma prevalência de 8,6% de crianças com baixo peso ao nascer, valor acima das médias da Região de Integração Araguaia (6,9%) e do estado do Pará (7,6%). No ano seguinte, houve uma expressiva redução no município, caindo para 6,7%, abaixo da média estadual, o que poderia indicar melhorias no pré-natal ou nas condições socioeconômicas das gestantes. Contudo, em 2021, esse índice voltou a subir para 8%, sinalizando possível oscilação nos fatores determinantes de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

O ano de 2022 marcou o ponto mais baixo da série para o município, com apenas 5,1% das crianças nascendo com baixo peso – resultado bas-

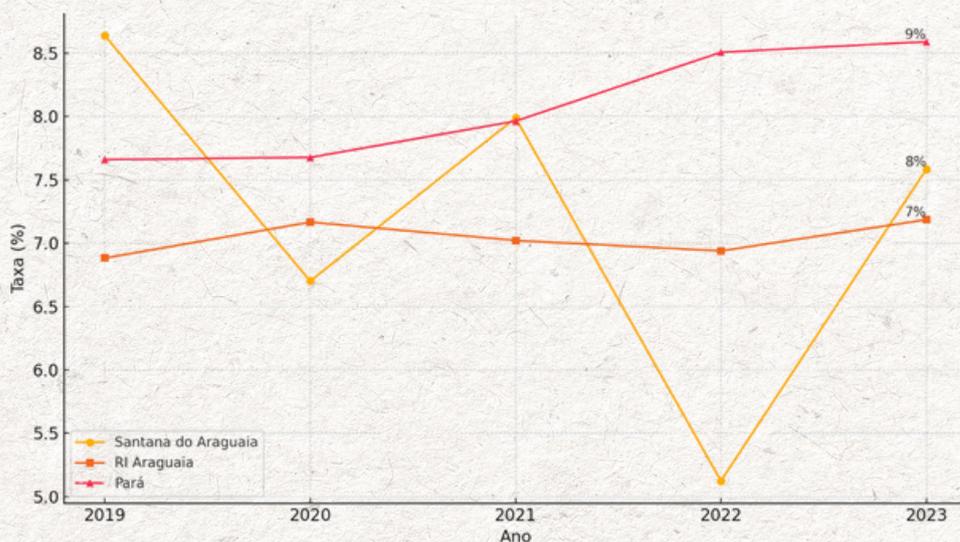
tante inferior ao observado nos níveis estadual (8,5%) e regional (6,9%). Esse dado, embora positivo, pode refletir uma possível subnotificação ou mudança metodológica, dada a intensidade da variação. No entanto, a recuperação do índice em 2023 para 8% reaproxima Santana do Araguaia dos patamares de 2019 e 2021, evidenciando a persistência de desafios estruturais relacionados à saúde infantil (Gráfico 3).

Ao longo do período, o estado do Pará apresentou trajetória de crescimento contínuo do indicador, saindo de 7,6% em 2019 para 9% em 2023, o que pode refletir maior urbanização sem contrapartida em qualidade de vida. Já a RI Araguaia manteve certa estabilidade, oscilando levemente

entre 6,9% e 7,2%. A variabilidade acentuada de Santana do Araguaia em comparação aos demais recortes territoriais sugere maior sensibilidade do município a fatores conjunturais e destaca a necessidade de políticas locais mais consistentes de atenção pré-natal e acompanhamento nutricional (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

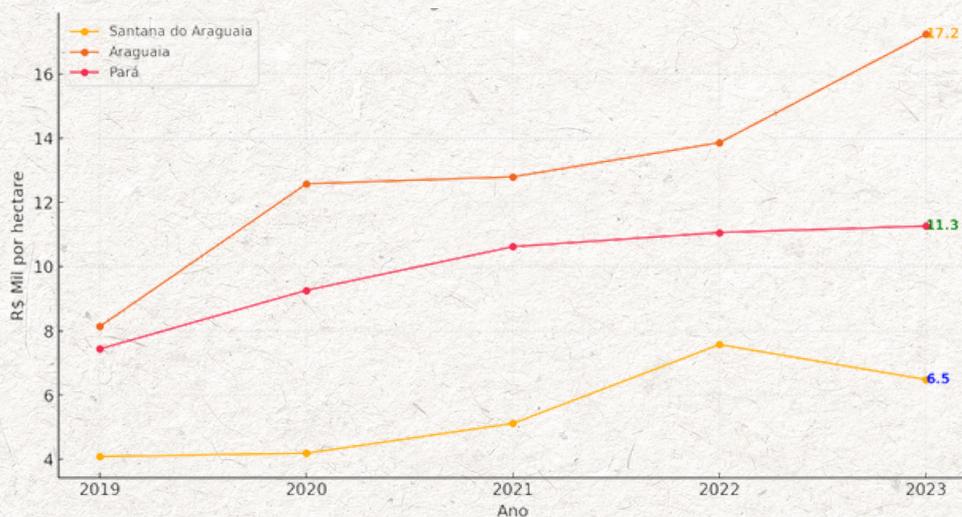
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Santana do Araguaia iniciou o período analisado com um valor modesto, de aproximadamente R\$ 4,1 mil por hectare em 2019, crescendo ligeiramente em 2020 (R\$ 4,2 mil) e 2021 (R\$ 5,2 mil). Esse crescimento tímido indica uma base produtiva ainda limitada, provavelmente ancorada em práticas agrícolas tradicionais ou em baixo nível de investimento tecnológico. Já a partir de 2022, observa-se um salto mais expressivo, atingindo R\$ 7,6 mil, antes de um recuo para R\$ 6,5 mil em 2023, o que pode refletir fatores climáticos, oscilação de preços ou mudanças no cultivo predominante (Gráfico 4).

Enquanto isso, a RI Araguaia apresentou desempenho significativamente superior e mais consistente ao longo dos anos, partindo de R\$ 8,1 mil em 2019 e alcançando R\$ 17,2 mil em 2023 – mais que o dobro do resultado municipal. O estado do Pará também mostrou trajetória crescente, passando de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil por hectare no mesmo período, superando de forma contínua os resultados de Santana do Araguaia. Isso evidencia que, embora o município faça parte de uma região com forte dinamismo agrícola, ainda enfrenta entraves locais à expansão de sua produtividade (Gráfico 4).

A distância entre os indicadores de produtividade agrícola do município em relação à RI e ao estado sugere limitações estruturais em Santana do Araguaia, como menor acesso a crédito rural, assistência técnica ou infraestrutura logística. O desempenho inferior também pode estar associado à concentração fundiária, à mecanização limitada ou ao cultivo de culturas menos rentáveis. A superação desse cenário demanda políticas de fomento agrícola específicas, que promovam inovação, diversificação e integração com cadeias produtivas regionais mais competitivas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Santana do Araguaia apresentou forte oscilação na taxa de mortalidade infantil ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 6,7 por mil nascidos vivos, significativamente inferior aos índices da RI Araguaia (17,8) e do estado do Pará (15,1). Contudo, em 2020, o município registrou um pico alarmante de 27,1, o que pode indicar falhas graves na assistência neonatal ou reflexos da sobrecarga do sistema de saúde no primeiro ano da pandemia de COVID-19 (Gráfico 5).

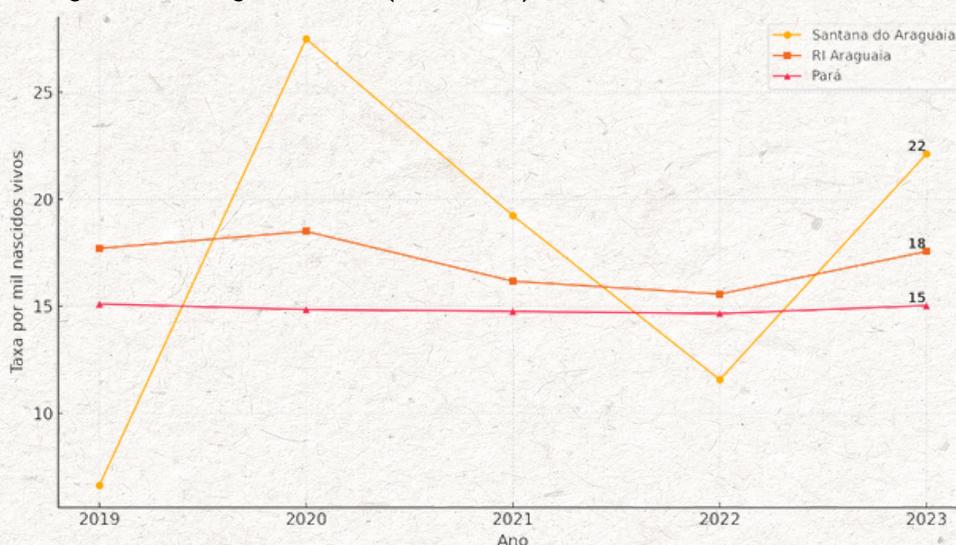
Nos anos seguintes, houve uma melhora gradual: a taxa caiu para 19,2 em 2021 e chegou a 11,6 em 2022. Esse comportamento sugere algum grau de recuperação nos serviços de saúde infantil, embora o nível de flutuação continue preocupante. Em 2023, entretanto, houve nova elevação para 22 óbitos por mil nascidos vivos, voltando a superar os valores regionais e estaduais, o que reforça a hipótese de instabilidade na qualidade da atenção básica e hospitalar no município (Gráfico 5).





Em contraste, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará apresentaram variações mais discretas e estabilidade relativa. A RI Araguaia oscilou entre 15,6 e 18,5, enquanto o Pará manteve-se na faixa de 14,6 a 15. Essa diferença de comportamento mostra que Santana do Araguaia enfrenta desafios locais que o tornam mais vulnerável a flutuações nos determinantes da saúde infantil, especialmente no que se refere à estrutura de atendimento e à continuidade das políticas públicas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

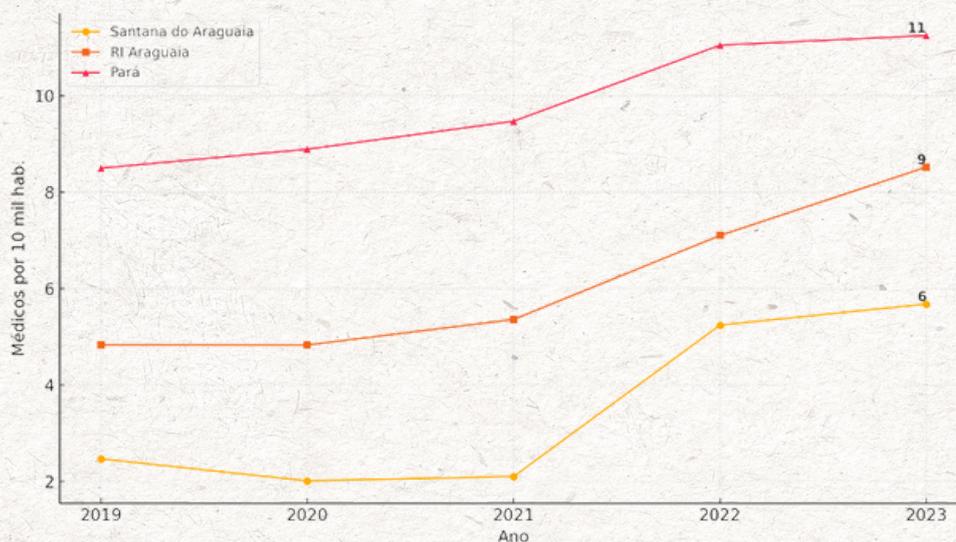
Em 2019, Santana do Araguaia contava com 2,5 médicos por 10 mil habitantes, valor já bastante inferior à média estadual (8,5) e regional (4,8). Em 2020, houve uma redução para 2,0 médicos por 10 mil habitantes, o que coincide com o início da pandemia e pode refletir a saída de profissionais, aposentadorias não repostas ou dificuldade de fixação de médicos na rede pública. Essa baixa disponibilidade de profissionais pode estar diretamente associada ao aumento observado na mortalidade infantil no mesmo período (Gráfico 6).

A partir de 2021, observa-se uma lenta recuperação: o número subiu para 2,1, depois para 5,2 em 2022 e, por fim, para 6,0 em 2023. Esse crescimento representa um avanço importante e pode indicar maior investimento em contratação e permanência de médicos, talvez associado a programas de provimento como o Médicos pelo Brasil. Ainda assim, o município permanece abaixo da média da RI Araguaia (9,0) e distante da realidade do Pará, que atingiu 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023 (Gráfico 6).



O estado do Pará apresentou crescimento contínuo e expressivo no número de médicos por habitante ao longo dos anos, passando de 8,5 em 2019 para 11 em 2023. A RI Araguaia seguiu trajetória semelhante, embora com menor intensidade. A evolução em Santana do Araguaia é positiva, mas ainda insuficiente para equiparar o município aos demais recortes territoriais. Isso ressalta a necessidade de políticas de interiorização de profissionais da saúde e fortalecimento da infraestrutura local, especialmente diante da alta taxa de mortalidade infantil observada (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Santana do Araguaia manteve-se em patamar relativamente estável, passando de 108 para 113. Esse crescimento moderado indica uma expansão contida da oferta educacional no município, provavelmente influenciada por limitações orçamentárias e infraestrutura física. Nesse mesmo período, os indicadores da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará permaneceram mais elevados, situando-se acima dos 170 e 200, respectivamente (Gráfico 7).

A partir de 2022, observa-se um crescimento expressivo na oferta de vagas no município, saltando para 276 por mil habitantes e atingindo 281 em 2023 – patamar significativa-

mente superior aos das escalas regional (200) e estadual (198). Esse salto pode estar relacionado a políticas locais de expansão de matrículas, construção de novas escolas ou inclusão de vagas anteriormente não computadas. Tal avanço pode ter sido impulsionado pela demanda reprimida durante o período pandêmico e pela necessidade de reinserção escolar (Gráfico 7).

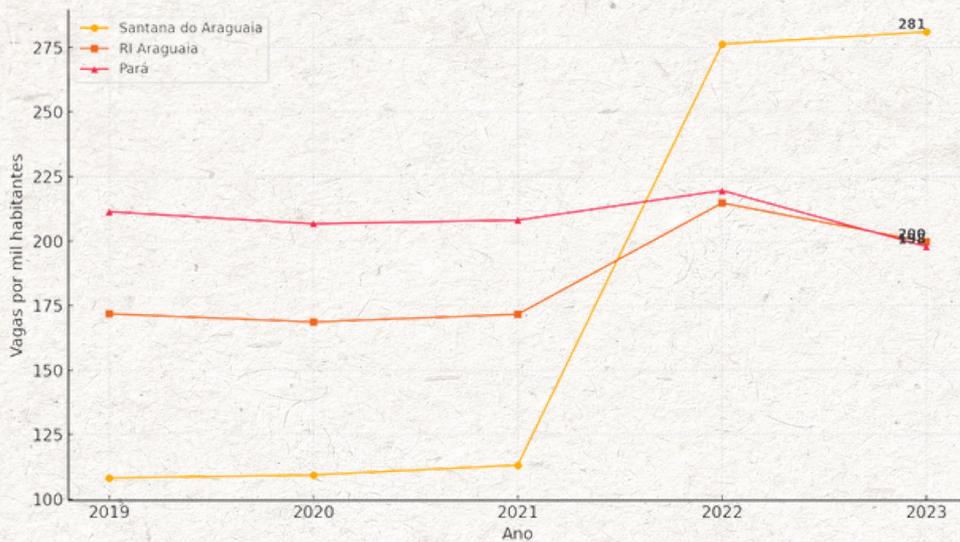
Apesar da melhoria em Santana do Araguaia, tanto a RI quanto o estado apresentaram relativa estabilidade no número de vagas, com leve retração em 2023. Isso destaca o esforço municipal em ampliar o acesso à educação pública. No entanto, é importante considerar que o número de vagas, por si só,



não garante qualidade no ensino, sendo fundamental avaliar também indicadores de permanência, infraestrutura escolar e desempenho dos alunos para compreender os impactos reais dessa expansão (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 281 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

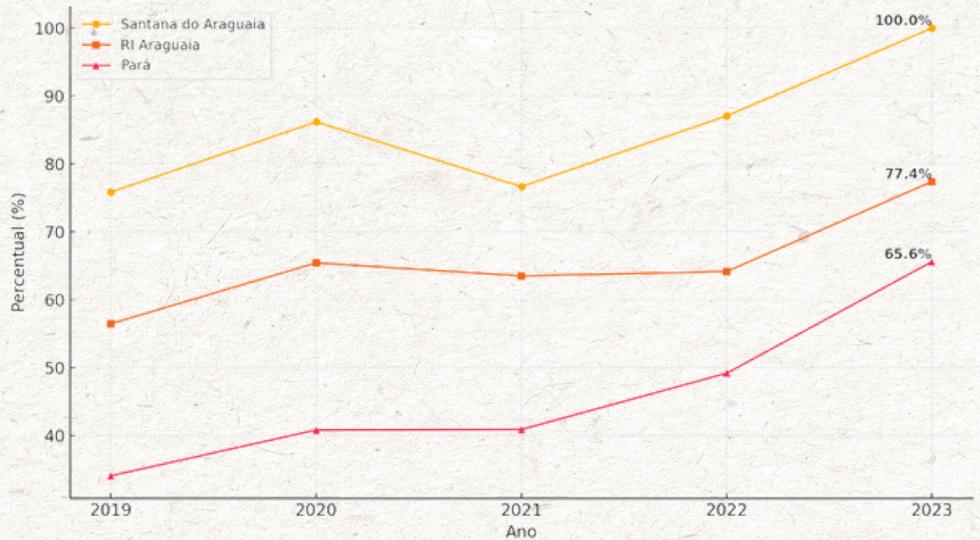
Em 2019, 75,8% das escolas de Santana do Araguaia possuíam acesso à internet, percentual consideravelmente superior aos da Região de Integração Araguaia (56,6%) e do estado do Pará (33,6%). Esse destaque já indicava uma situação relativamente avançada do município quanto à conectividade nas instituições de ensino, o que se manteve em 2020, com o percentual subindo para 86,5%. A retração para 76,6% em 2021 pode ter relação com interrupções na infraestrutura ou mudanças nos critérios de aferição (Gráfico 8).

Nos anos seguintes, o indicador voltou a crescer, atingindo 87,3% em 2022 e chegando a 100% em 2023, consolidando Santana do Araguaia como um dos poucos municípios a universalizar o acesso à internet nas escolas públicas. Esse avanço é particularmente relevante em um contexto de crescente digitalização da educação, especialmente no pós-pandemia. A conectividade universal representa um diferencial estratégico para a inclusão digital e para o uso de tecnologias como ferramentas pedagógicas (Gráfico 8).

Em comparação, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará registraram crescimento mais lento, com os percentuais alcançando 77,4% e 65,6% em 2023, respectivamente. Apesar da melhora geral, esses níveis ainda revelam desigualdades territoriais significativas. O desempenho de Santana do Araguaia, portanto, não apenas o coloca em posição de destaque, como também serve de referência para outras localidades que buscam garantir acesso equitativo à infraestrutura digital no ambiente escolar (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 100%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

Santana do Araguaia apresentou uma taxa extremamente elevada de violência contra a mulher por parceiros em 2019, com 52,2 casos por 100 mil habitantes, valor que superava em muito os índices da Região de Integração Araguaia (5,1) e do estado do Pará (12,7). Essa disparidade pode refletir tanto a gravidade do problema local quanto maior capacidade de notificação no município naquele ano. No entanto, entre 2020 e 2021, o município registrou uma queda drástica, chegando a zero casos notificados em 2021, o que levanta dúvidas sobre possível subnotificação ou falhas nos registros administrativos (Gráfico 9).





Nos anos de 2022 e 2023, os dados voltaram a indicar algum nível de ocorrência, com 8,3 casos em 2022 e novamente zero em 2023. A inconsistência dos dados ao longo dos anos aponta para uma possível descontinuidade na captação ou na divulgação das informações sobre violência doméstica. Por outro lado, a RI Araguaia apresentou crescimento contínuo, passando de 4,3 em 2020 para 16,1 em 2023, o que pode refletir au-

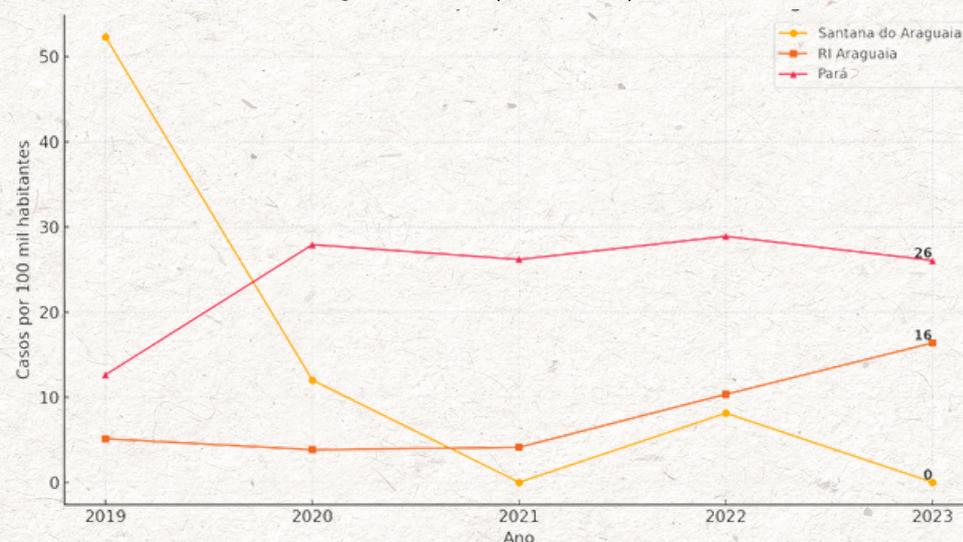
mento das denúncias e melhorias nos mecanismos de acolhimento e registro. O estado do Pará manteve-se em patamares mais altos, mas estáveis, encerrando o período com 26 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).

Diante disso, é possível afirmar que a trajetória de Santana do Araguaia carece de regularidade para conclusões definitivas. A oscilação entre picos e ausência total de registros pode escon-

der tanto avanços reais quanto limitações institucionais. O fortalecimento das políticas de proteção às mulheres, capacitação das equipes de saúde e segurança, e a padronização dos mecanismos de notificação são fundamentais para garantir um diagnóstico confiável e a formulação de estratégias eficazes de enfrentamento à violência de gênero (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No que se refere à participação feminina em cargos gerenciais, Santana do Araguaia apresenta uma trajetória de oscilação moderada e desempenho inferior aos demais recortes territoriais. Em 2019, o percentual era de 23,9%, caindo significativamente para 16,6% em 2020. Esse recuo pode indicar efeitos da pandemia sobre a empregabilidade de mulheres em posições de liderança, refletindo desigualdades estruturais no mercado de trabalho local (Gráfico 10).

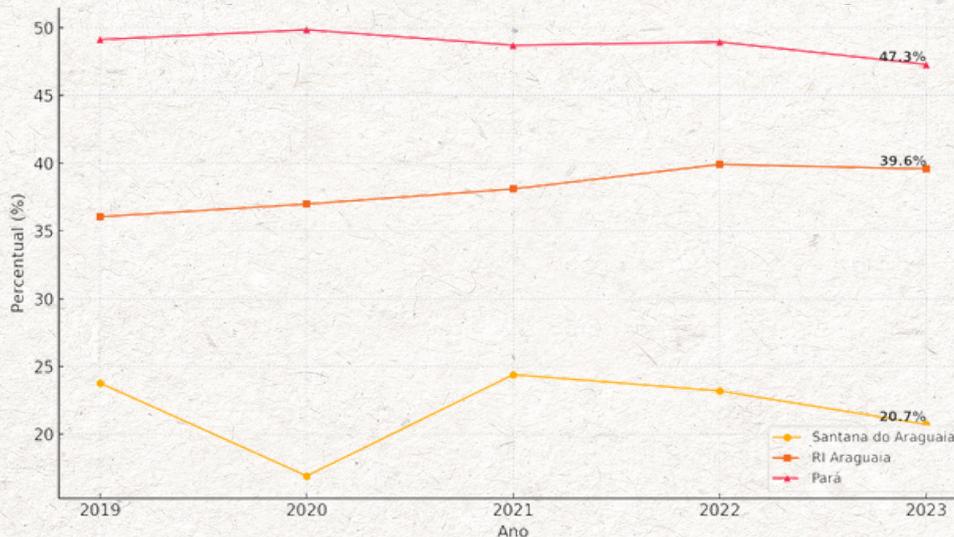




Nos anos seguintes, houve uma tentativa de recuperação, com o percentual chegando a 24,5% em 2021, mas voltando a cair para 20,7% em 2023. A falta de progressão consistente ao longo dos anos revela obstáculos persistentes à ascensão de mulheres a cargos de comando, como barreiras culturais, ausência de políticas afirmativas e sobrecarga com responsabilidades domésticas. Em contraste, a RI Araguaia apresentou crescimento quase contínuo, alcançando 39,6% em 2023, enquanto o estado do Pará manteve-se em patamar elevado, ainda que levemente decrescente, com 47,3% (Gráfico 10).

A diferença entre Santana do Araguaia e os demais níveis territoriais evidencia a necessidade de ações mais incisivas no município para promoção da equidade de gênero no mundo do trabalho. Isso inclui desde campanhas de conscientização e incentivo à liderança feminina até políticas de capacitação e combate à discriminação. A elevação do número de mulheres em cargos de decisão é não apenas um imperativo de justiça social, mas também um fator associado a melhores resultados organizacionais e políticas públicas mais inclusivas (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Santana do Araguaia apresentou um índice persistentemente baixo de cobertura de coleta de esgoto entre a população de baixa renda ao longo do período de 2019 a 2023. O percentual variou de 0,4% em 2019 para apenas 0,2% em 2023, revelando uma estagnação preocupante no atendimento dessa parcela vulnerável da população. Esse cenário indica que políticas públicas voltadas à universalização do saneamento básico ainda não alcançaram efetividade no município, especialmente para as camadas sociais em situação de maior fragilidade (Gráfico 11).



Em contraste, tanto a Região de Integração Araguaia quanto o estado do Pará demonstraram avanços consistentes no período. A RI Araguaia oscilou de 1,6% para 1,7%, mantendo-se em níveis modestos, mas superiores aos do município. Já o estado do Pará apresentou trajetória ascendente e mais expressiva, saindo de 7% em 2019 e chegando a 11,5% em 2023. Esse crescimento pode estar relacionado a investimentos estrutu-

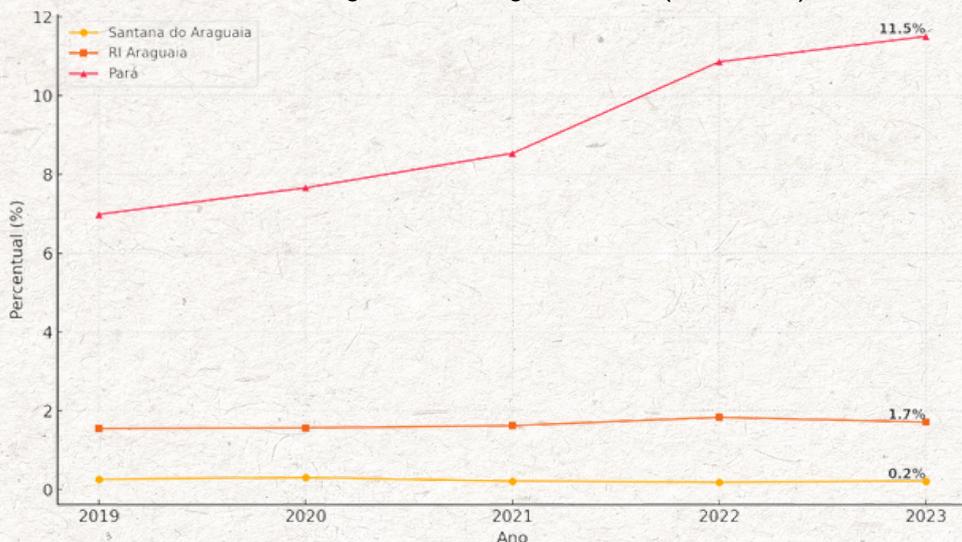
rais em áreas urbanas mais densas, onde a viabilidade de implantação de redes de esgotamento sanitário é maior (Gráfico 11).

A situação de Santana do Araguaia evidencia uma lacuna crítica na política de saneamento voltada para populações de baixa renda, o que tende a comprometer indicadores de saúde pública e qualidade de vida. A ausência de avanços nesse indicador sinaliza a necessidade de in-

tervenções urgentes, com foco em planejamento territorial, parcerias institucionais e captação de recursos federais e estaduais para projetos de infraestrutura sanitária inclusiva e de longo prazo (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Santana do Araguaia apresentou crescimento relevante ao longo do período analisado, embora com variações abruptas. Em 2019, o município investia apenas R\$ 4,8 por habitante nessa área, aumentando gradualmente para R\$ 11 em 2020 e R\$ 27 em 2021. O maior salto ocorreu em 2022, quando o valor atingiu R\$ 100 por habitante, seguido de uma redução para R\$ 79 em 2023. Esses dados sugerem um esforço pontual e expressivo de investimento, possivelmente relacionado a projetos específicos ou repasses extraordinários, embora sem sustentação de longo prazo (Gráfico 12).

A RI Araguaia teve comportamento mais moderado, com

leve crescimento geral: de R\$ 27 em 2019 para R\$ 50 em 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores investimentos no setor, com valores que subiram de R\$ 79 em 2019 para R\$ 137 em 2023, alcançando o pico de R\$ 154 em 2022. Esses patamares refletem a prioridade crescente que o governo estadual tem atribuído ao saneamento básico, ainda que as disparidades regionais persistam de forma marcante, especialmente em municípios menores (Gráfico 12).

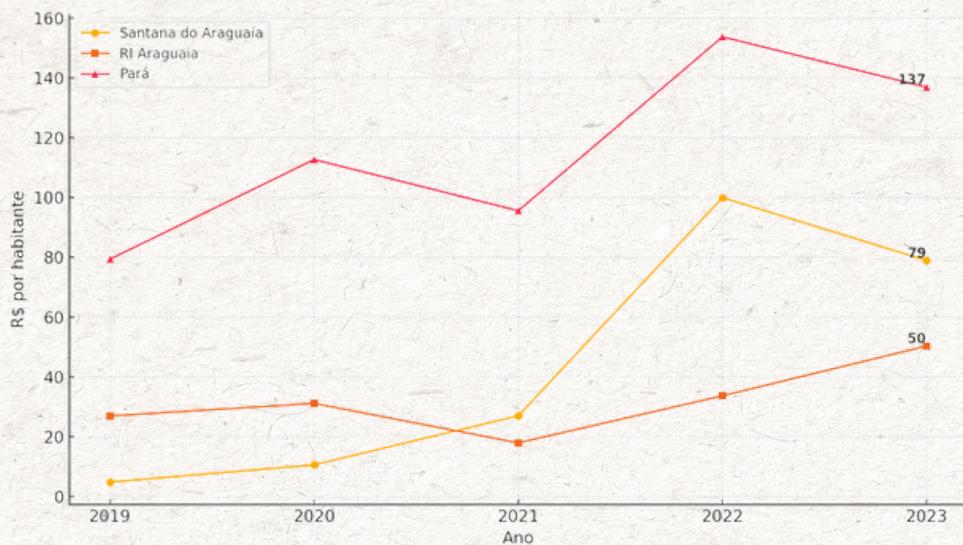
Apesar do salto no gasto municipal observado em Santana do Araguaia, a ausência de avanço no percentual de cobertura de esgoto para a população de baixa renda sugere uma possível ineficiência na alocação ou execução dos re-

ursos. Isso reforça a importância de alinhar os investimentos com metas claras de universalização, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social. A qualidade da gestão dos recursos públicos e a capacidade de planejamento técnico são fatores decisivos para transformar investimento em impacto real (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

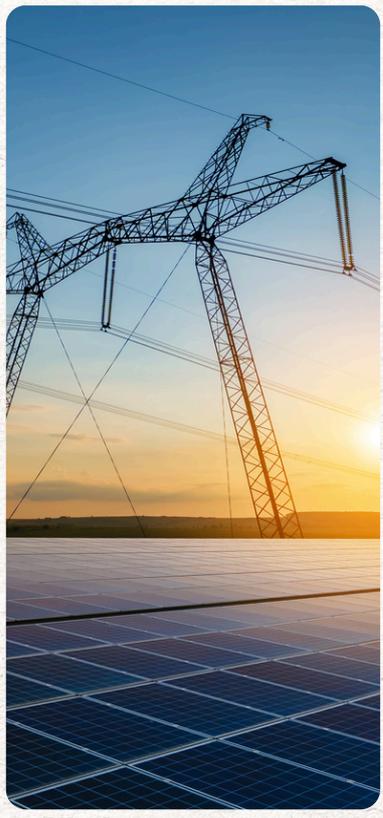
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 79/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Entre 2019 e 2021, o consumo per capita de energia elétrica em Santana do Araguaia manteve-se praticamente estagnado, girando em torno de 590 a 600 kWh/hab., o que refletia um padrão de consumo muito inferior ao registrado nos níveis estadual e regional. Essa estabilidade inicial pode indicar limitações de infraestrutura elétrica, baixo acesso a equipamentos eletrodomésticos, ou ainda menor inserção produtiva local. Já em 2022, houve um salto expressivo no consumo, que saltou para

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



1690 kWh/hab. e atingiu 1917 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

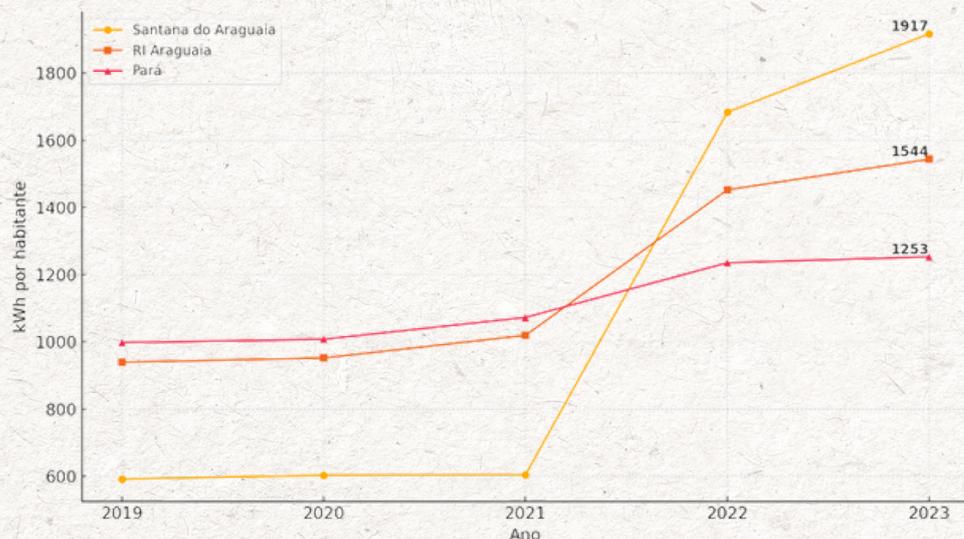
Esse aumento abrupto e contínuo no consumo pode estar associado a melhorias no acesso à energia elétrica, expansão do mercado consumidor, crescimento urbano ou aumento da atividade econômica local. Comparativamente, a Região de Integração Araguaia também apresentou crescimento relevante, saindo de 945 kWh/hab. em 2019 para 1544 kWh/hab. em 2023, enquanto o

estado do Pará evoluiu de 1000 para 1253 kWh/hab. no mesmo período. No entanto, apenas Santana do Araguaia apresentou uma aceleração tão intensa, especialmente após 2021 (Gráfico 13).

O desempenho destacado do município em relação ao consumo per capita nos últimos dois anos sinaliza uma transformação estrutural relevante, que pode envolver expansão do setor comercial, industrial ou até políticas habitacionais com maior demanda ener-

gética. Ainda assim, o salto abrupto exige atenção quanto à sustentabilidade dessa tendência, sobretudo no que se refere à capacidade da infraestrutura elétrica de acompanhar a demanda e à necessidade de promover eficiência energética, especialmente nas áreas urbanas periféricas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1917 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em Santana do Araguaia apresentou queda significativa e contínua ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o indicador estava em 5,0% e reduziu-se progressivamente até atingir 1,5% em 2023. Essa trajetória indica avanços importantes na eletrificação das áreas mais vulneráveis, reduzindo a dependência de fontes de energia poluentes e ineficientes, como lâmparas e geradores a óleo diesel (Gráfico 14).

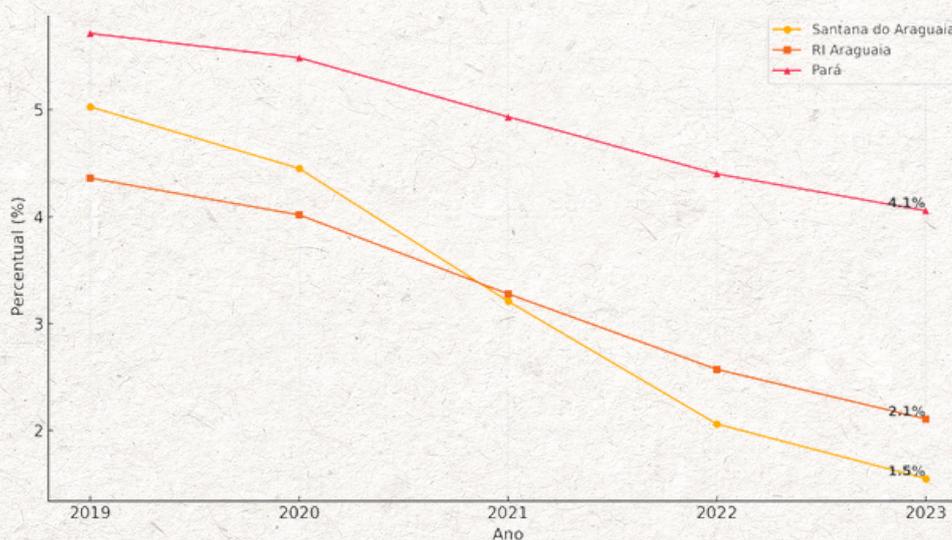


Essa tendência de queda também foi observada nos demais níveis territoriais. A RI Araguaia reduziu o índice de 4,3% para 2,1%, enquanto o estado do Pará passou de 5,7% para 4,1%. Apesar da melhora geral, Santana do Araguaia encerra o período com o menor percentual entre os três, evidenciando um desempenho destacado no processo de substituição de fontes fósseis por energia elétrica regular. Isso pode ser reflexo direto de políticas locais de extensão de redes de energia e programas sociais que facilitaram o acesso à eletricidade (Gráfico 14).

A redução do uso de iluminação fóssil entre os domicílios mais pobres está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida, à segurança doméstica e à inclusão social. No caso de Santana do Araguaia, os dados sugerem uma estratégia bem-sucedida de eletrificação e combate à pobreza energética. O desafio, a partir desse avanço, é garantir a manutenção do acesso com qualidade e ampliar o uso eficiente da energia elétrica, promovendo também a educação energética e o incentivo ao uso de fontes limpas e renováveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

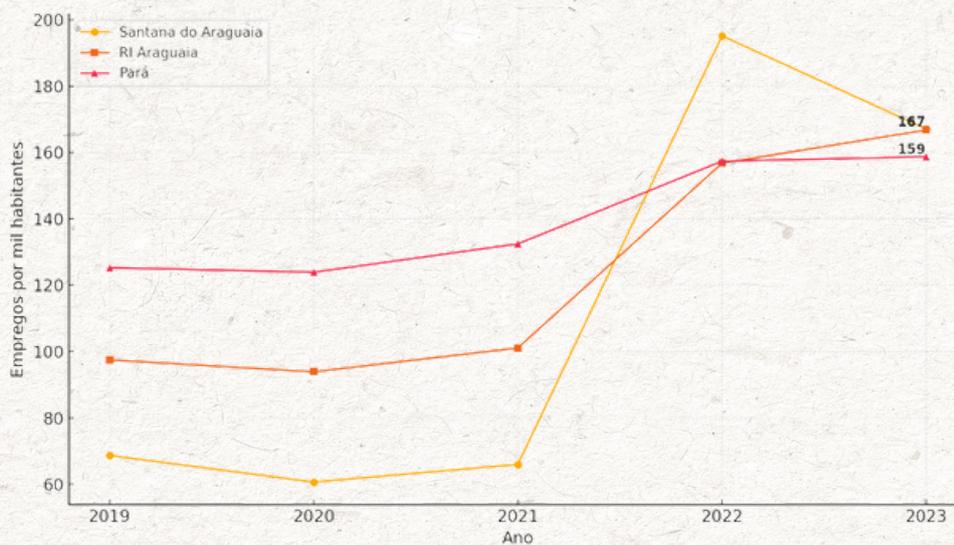
O cenário se transforma significativamente a partir de 2022, quando Santana do Araguaia apresenta um expressivo salto no número de empregos formais, atingindo 195 por mil habitantes – um avanço muito superior ao verificado nas demais escalas. Essa explosão pode estar relacionada à instalação ou expansão de empreendimentos de grande porte, ao aumento de contratações públicas, ou à formalização de setores anteriormente informais. A RI Araguaia e o estado também registraram crescimento relevante, mas em menor intensidade, indicando uma tendência positiva generalizada no mercado de trabalho, com destaque para o município (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2021, o município de Santana do Araguaia manteve um patamar relativamente baixo de empregos formais por mil habitantes, partindo de 69 em 2019 e chegando a 67 em 2021, após uma queda mais acentuada em 2020 (61), reflexo provável das restrições econômicas impostas pela pandemia. Nesse período, a Região de Integração Araguaia e o estado do Pará mantiveram níveis superiores, com relativa estabilidade, oscilando entre 94 e 132 empregos formais por mil habitantes. A diferença reforça a condição de menor formalização do mercado de trabalho local em relação aos contextos regional e estadual (Gráfico 15).



Em 2023, Santana do Araguaia experimenta uma leve retração para 167 empregos formais por mil habitantes, ainda assim mantendo-se acima da RI Araguaia (167) e do Pará (159). O patamar elevado demonstra que o município conseguiu consolidar parte dos avanços obtidos no ano anterior, embora o recuo indique possível acomodação do mercado ou encerramento de contratos temporários. A superação da média estadual sugere uma melhoria na inserção econômica local, mas também aponta para o desafio de sustentar o crescimento com políticas voltadas à qualificação da mão de obra, diversificação produtiva e estímulo à formalização de longo prazo (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 167 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Entre 2018 e 2021, Santana do Araguaia apresentou crescimento contínuo no PIB per capita, saindo de aproximadamente R\$ 12.000 em 2018 para R\$ 18.400 em 2021, refletindo um ritmo de crescimento moderado e constante. Esse avanço, ainda que expressivo, manteve o município abaixo dos patamares observados na Região de Integração Araguaia (que foi de R\$ 17.000 para R\$ 24.500) e do estado do Pará (de R\$ 19.000 para R\$ 29.900), o que sugere um processo de desenvolvimento e-



conômico com expansão, mas ainda aquém do desempenho regional e estadual (Gráfico 16).

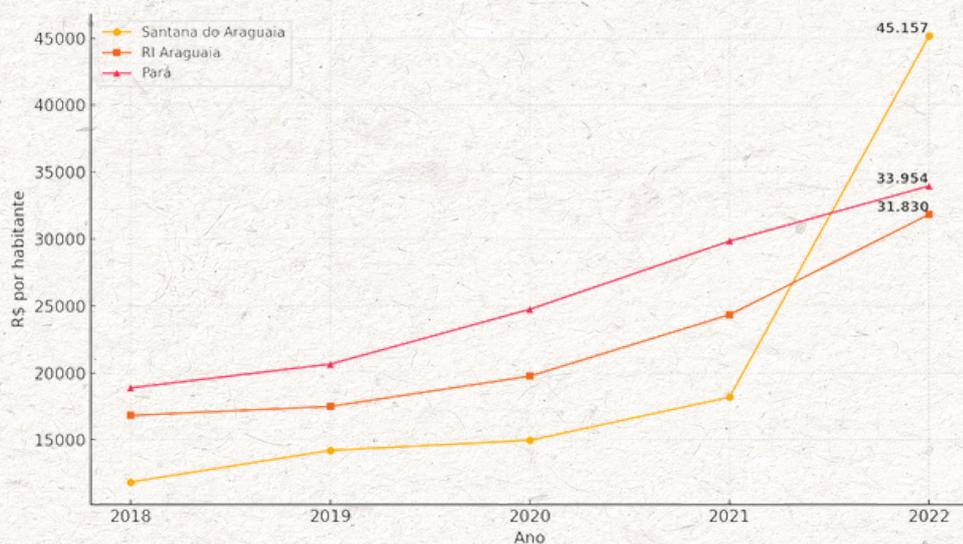
No entanto, em 2022, Santana do Araguaia experimentou uma elevação acentuada em seu PIB per capita, saltando para

R\$ 45.157 – ultrapassando com folga tanto a média da RI Araguaia (R\$ 31.830) quanto do estado (R\$ 33.954). Esse crescimento extraordinário pode estar relacionado a uma valorização significativa na produção agropecuária, a operações de grande impacto no setor extrativo ou ao incremento pontual de renda bruta devido a investimentos específicos. O destaque repentino do município em relação às demais esferas sugere uma inflexão na estrutura econômica local (Gráfico 16).



Esse salto coloca Santana do Araguaia em uma posição de destaque no estado, mas ao mesmo tempo levanta questões quanto à sustentabilidade desse crescimento e sua distribuição social. Se não estiver associado à diversificação produtiva e à inclusão da população em cadeias econômicas mais robustas, há o risco de concentração de renda ou dependência de atividades voláteis. Assim, o desafio passa a ser consolidar o avanço econômico com políticas voltadas ao desenvolvimento territorial e à redução das desigualdades locais (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 45.157/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Santana do Araguaia começou em 2018 com 13,6%, subindo para 15,5% em 2019 e mantendo-se em 2020 com 15,7%, sinalizando um período inicial de fortalecimento do setor industrial no município. Contudo, esse cenário foi revertido em 2021, quando o índice caiu drasticamente para 10,1%, e apresentou leve recuperação em 2022, chegando a 11,4%. Essa oscilação indica instabilidade na contribuição da indústria ao produto local, que pode ter sido impactada por fatores como a pandemia, variações no agronegócio ou reestruturações produtivas

(Gráfico 17).

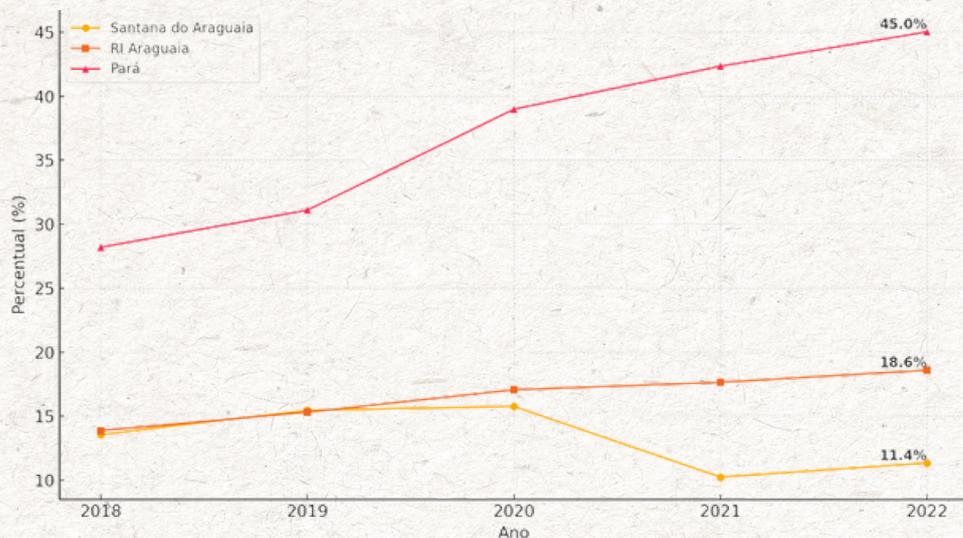
Em contrapartida, tanto a Região de Integração Araguaia quanto o estado do Pará apresentaram trajetória crescente e mais estável. A RI Araguaia passou de 14,0% em 2018 para 18,6% em 2022, enquanto o estado do Pará, de forma ainda mais expressiva, subiu de 28,3% para 45,0% no mesmo período, refletindo o fortalecimento contínuo das atividades industriais, especialmente ligadas à mineração e transformação. Essa comparação reforça o diagnóstico de que, apesar do salto no PIB per capita, o dinamismo industrial em Santana do Araguaia permanece limitado (Gráfico 17).

Portanto, o crescimento do PIB do município em 2022 não parece estar diretamente ligado à expansão industrial, o que aponta para um modelo de crescimento baseado em outros setores, possivelmente agropecuária ou comércio. A baixa participação industrial representa uma oportunidade de política pública: ao fomentar a industrialização local, com agregação de valor às cadeias produtivas existentes, o município pode tornar seu crescimento mais diversificado, resiliente e gerador de empregos qualificados (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Santana do Araguaia manteve-se em níveis bastante baixos e estáveis, variando discretamente entre 5,4 e 6,1. Esse patamar indica uma presença ainda incipiente desses profissionais no município, em contraste com a crescente importância da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento



regional. No mesmo período, a Região de Integração Araguaia registrava níveis mais altos e crescentes, superando 10 profissionais por 100 mil em 2021, enquanto o estado do Pará mantinha-se em patamares superiores, próximos a 17 (Gráfico 18).

Em 2022, observa-se um crescimento excepcional no

município, com o indicador saltando para 19,7 – um número superior à média estadual (20,9) e regional (15,4). Esse aumento abrupto pode estar relacionado a contratações temporárias em universidades, institutos de pesquisa ou órgãos técnicos, ou ainda à formalização pontual de profissionais que antes atuavam de forma informal ou estavam fora dos registros administrativos. No entanto, a elevação não se sustentou, e em 2023 o número caiu drasticamente para 6,0, retornando ao patamar anterior ao salto (Gráfico 18).

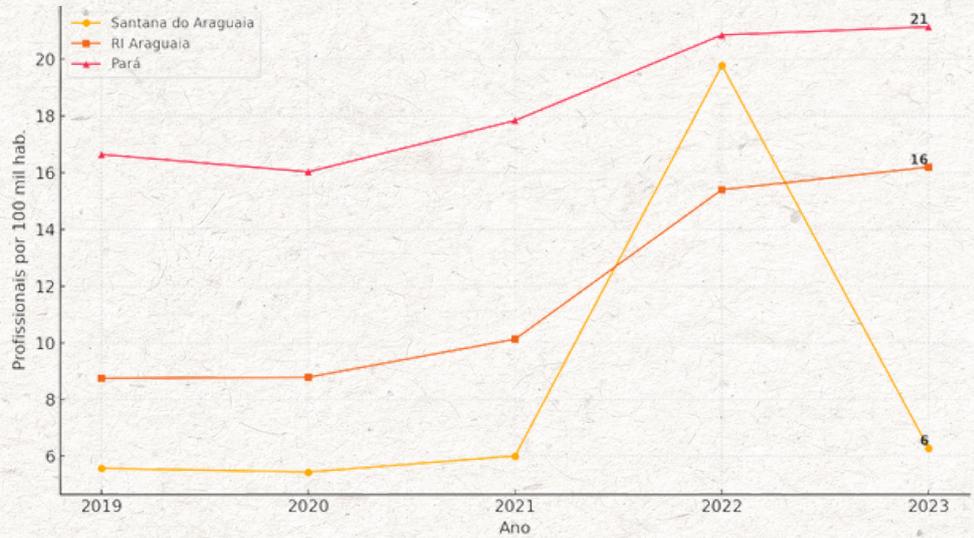
Esse comportamento oscilante em Santana do Araguaia re-





vela uma estrutura de base científica frágil e altamente sensível a variações conjunturais. Em contraste, a RI Araguaia e o estado do Pará apresentaram crescimento consistente e gradual ao longo dos anos, atingindo 16,1 e 21 profissionais por 100 mil habitantes, respectivamente, em 2023. A instabilidade no município destaca a necessidade de políticas de incentivo à fixação de profissionais da ciência, com foco em investimento em educação superior, centros de pesquisa e políticas de valorização da carreira científica como eixo estratégico de desenvolvimento local (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Santana do Araguaia apresentou tendência de queda, passando de 1,32% em 2019 para 0,97% em 2021. Esse recuo indica que, embora haja geração de renda formal, seu peso relativo no conjunto da economia municipal diminuiu, o que pode refletir uma expansão do PIB impulsionada por setores com baixa intensidade de emprego formal, como o agronegócio mecanizado ou o setor extrativo. Essa tendência também se verificou, em menor intensidade, na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará, ambos

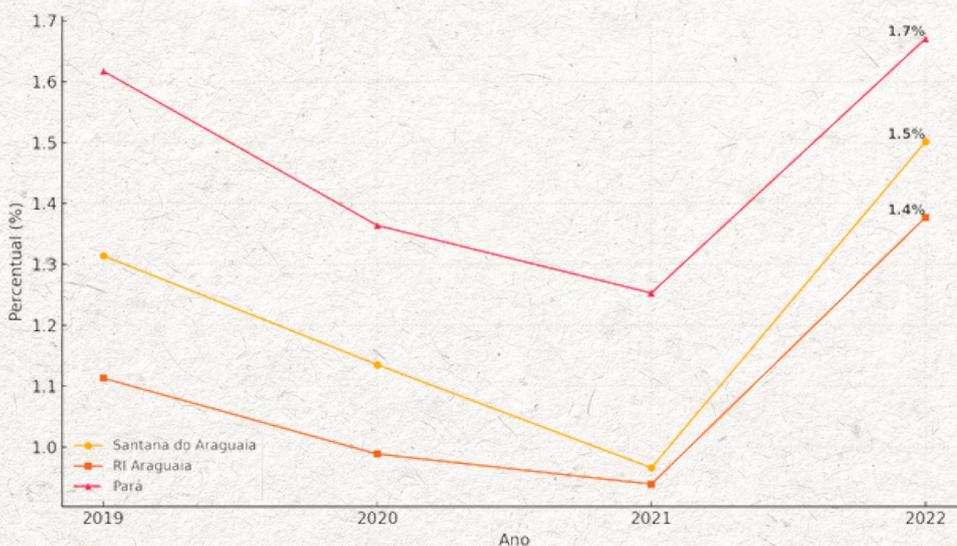
apresentando quedas no mesmo período (Gráfico 19).

Em 2022, houve uma reversão significativa no comportamento do indicador em todos os níveis territoriais. Em Santana do Araguaia, a massa salarial formal voltou a crescer proporcionalmente, atingindo 1,5% do PIB – superando os índices da própria RI Araguaia (1,4%) e aproximando-se do patamar estadual (1,7%). Esse crescimento pode ser explicado pelo aumento expressivo do número de empregos formais, verificado no mesmo período, aliado a possíveis reajustes salariais, expansão de setores empregadores ou fortalecimento do mercado de

trabalho local (Gráfico 19).

Essa recuperação sugere uma revalorização do trabalho formal na composição econômica do município, o que é um sinal positivo tanto para a distribuição de renda quanto para a arrecadação tributária e a estabilidade das famílias. Ainda assim, o percentual permanece abaixo de 2%, revelando que a maior parte da riqueza gerada no município não se traduz diretamente em remuneração formal. Isso reforça a importância de políticas voltadas à diversificação econômica e à valorização do emprego formal como ferramenta de inclusão e desenvolvimento sustentável (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2021, o acesso à telefonia móvel em Santana do Araguaia apresentou crescimento moderado, passando de 25 para 35 linhas por 100 habitantes. Nesse período, o município ainda figurava abaixo das médias da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará, que já registravam, respectivamente, 51 e 82 linhas por 100 habitantes em 2021. O dado indicava uma infraestrutura de telecomunicações em expansão, mas ainda com certa defasagem em relação aos padrões regionais e estaduais (Gráfico 20).

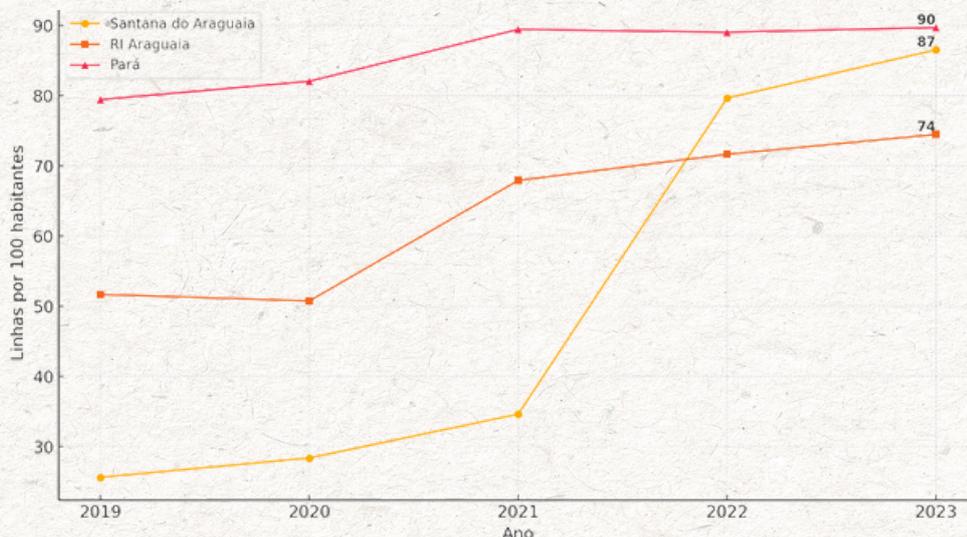
A partir de 2022, observa-se uma inflexão significativa. O número de linhas móveis em Santana do Araguaia saltou para 80 por 100 habitantes e atingiu 87 em 2023, superando pela primeira vez a média da RI Araguaia (74) e se aproximando do patamar do Pará (90). Esse avanço pode estar relacionado à ampliação da cobertura das operadoras, à popularização dos planos móveis com acesso à internet, e à crescente digitalização de serviços essenciais, inclusive na administração pública e no setor privado local (Gráfico 20).





Esse crescimento acelerado no município demonstra um processo de inclusão digital mais robusto nos últimos anos. A aproximação de Santana do Araguaia com os níveis estaduais e sua superação da média regional revelam a importância do investimento em infraestrutura de conectividade como vetor de inclusão socioeconômica. Além disso, a melhoria no acesso à telefonia móvel favorece a mobilidade da informação, a educação digital e o fortalecimento de microempreendimentos, aspectos fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No período entre 2019 e 2021, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Santana do Araguaia manteve-se relativamente estável, oscilando entre R\$ 57 e R\$ 64 por habitante. Esses valores situavam-se em patamar semelhante ao da média da RI Araguaia, que oscilava entre R\$ 55 e R\$ 74, e acima do estado do Pará, que se manteve em torno de R\$ 40 nesse intervalo. Esse cenário inicial demonstrava uma atenção proporcionalmente adequada aos temas culturais e ambientais no município, embora ainda sem grandes investimentos estruturantes (Gráfico 21).

A partir de 2022, Santana do Araguaia passou a registrar aumentos expressivos nessa despesa, atingindo R\$ 300 por habitante em 2022 e R\$ 395 em 2023. Com isso, o município se distanciou significativamente das médias regional (R\$ 140) e estadual (R\$ 71), evidenciando uma priorização orçamentária notável nesses setores. Essa expansão pode estar associada à implementação de programas culturais locais, fortalecimento de políticas de preservação ambiental ou ao uso de transferências específicas voltadas à sustentabilidade e fomento cultural (Gráfico 21).

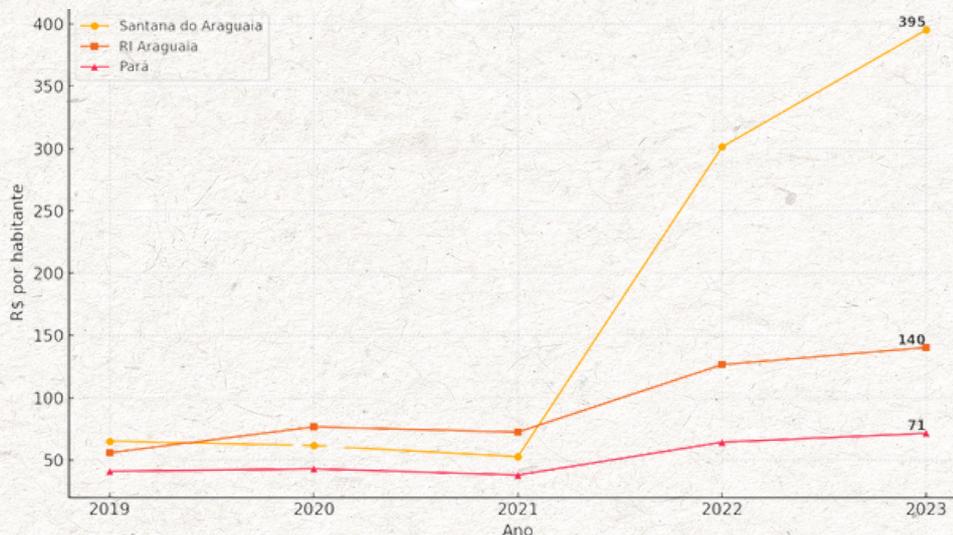
Essa elevação na despesa per capita é indicativa de uma mudança de postura da gestão municipal, com foco em políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo, valorização do patrimônio cultural e preservação ambiental. Esses investimentos são estratégicos não apenas do ponto de vista social e ecológico, mas também por seu potencial multiplicador sobre o turismo, a economia criativa e a educação ambiental. A continuidade desse padrão pode posicionar Santana do Araguaia como referência em políticas integradas de cultura e meio ambiente dentro da região.



(Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 395/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





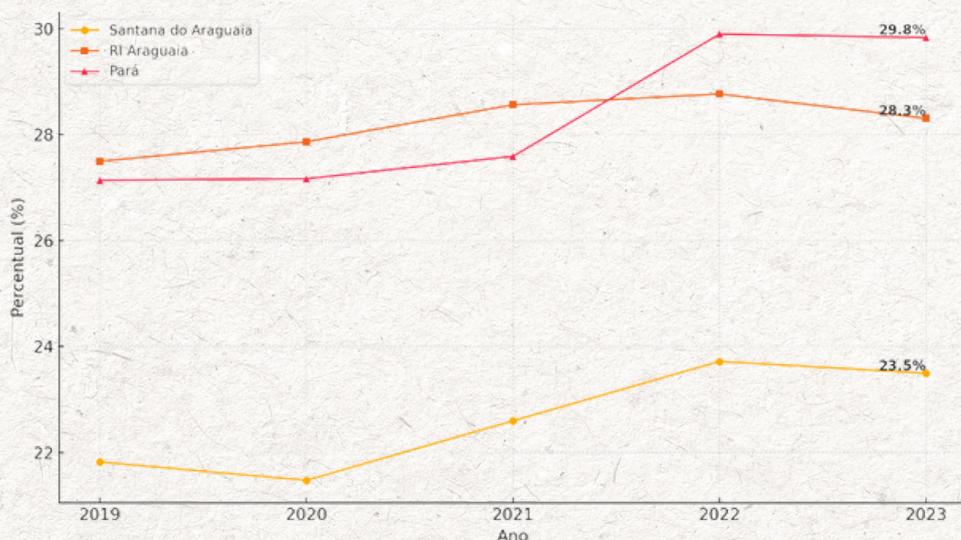
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Santana do Araguaia variou de forma moderada, saindo de 21,9% em 2019 e encerrando o período em 23,5%. Apesar do leve aumento, o município permaneceu com índices abaixo da média da Região de Integração Araguaia (28,3%) e do estado do Pará (29,8%) ao final da série, o que indica um desempenho relativamente mais favorável em termos de destinação do lixo domiciliar por essa faixa populacional (Gráfico 22).

Ainda assim, a tendência de crescimento ao longo do período sugere um possível retrocesso ou estagnação das políticas públicas de coleta regular em áreas de baixa renda. A prática de queimar ou enterrar lixo é frequentemente resultado da ausência de serviços de coleta ou da falta de educação ambiental e infraestrutura adequada. A elevação do índice, mesmo que pequena, revela que parte da população continua recorrendo a métodos ambientalmente inadequados para lidar com seus resíduos (Gráfico 22).

Enquanto isso, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará registraram aumentos mais intensos no indicador, principalmente entre 2021 e 2022. Isso pode refletir dificuldades estruturais na expansão da coleta de lixo para áreas vulneráveis, especialmente durante o período de pandemia. No entanto, os níveis mais baixos em Santana do Araguaia indicam que, embora haja desafios, o município conseguiu mitigar melhor esse tipo de prática entre sua população de baixa renda, possivelmente por meio de cobertura mais ampla de coleta ou ações pontuais de gestão de resíduos sólidos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

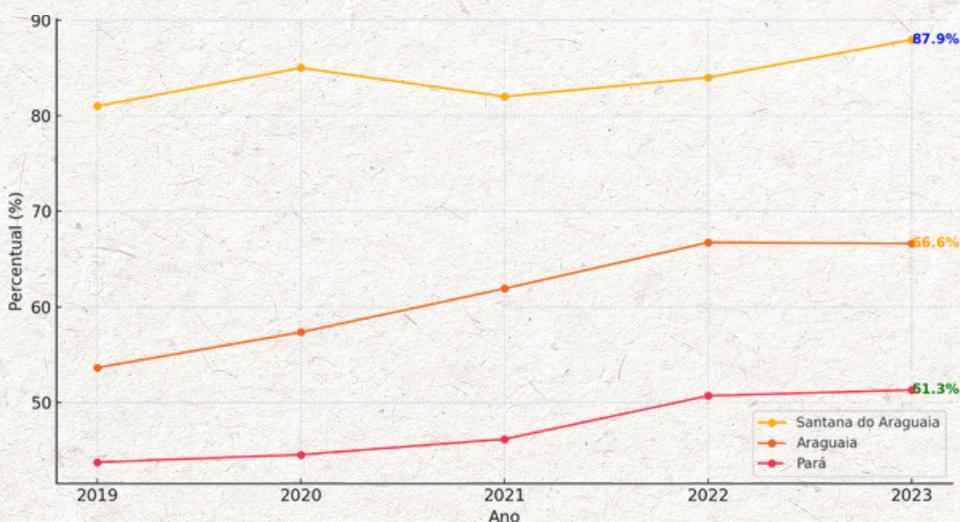
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar em Santana do Araguaia manteve-se elevado durante todo o período analisado, partindo de 80,8% em 2019 e alcançando 87,9% em 2023. Apesar das oscilações intermediárias, os dados revelam uma persistente dependência de soluções precárias de saneamento, o que aponta para a ausência de redes de esgotamento sanitário ou alternativas mais adequadas entre os domicílios de menor renda. Trata-se de uma condição crítica, pois esse tipo de estrutura rudimentar representa risco à saúde pública e ao meio ambiente (Gráfico 23).

Ao comparar com os demais níveis territoriais, verifica-se que Santana do Araguaia apresenta índices significativamente superiores aos da Região de Integração Araguaia (66,6%) e ao estado do Pará (51,3%) em 2023. Embora essas regiões também apresentem percentuais elevados, o patamar municipal evidencia um grau de precariedade muito mais acentuado. Isso sugere a existência de um déficit estrutural de saneamento básico nas áreas mais vulneráveis do município, agravado por possíveis lacunas no planejamento urbano e na alocação de recursos para infraestrutura sanitária (Gráfico 23).

A manutenção de níveis tão altos de uso de fossas rudimentares evidencia a urgência de investimentos em saneamento, especialmente voltados à população de baixa renda. Sem ações concretas de expansão da rede de esgoto, melhorias tecnológicas no tratamento individual e educação sanitária, o município corre o risco de perpetuar ciclos de exclusão e exposição a doenças de veiculação hídrica. Portanto, esse indicador reforça a necessidade de políticas públicas articuladas e contínuas para garantir o direito universal ao saneamento adequado (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2021, Santana do Araguaia apresentou uma evolução gradual nos gastos per capita com prevenção de desastres, passando de aproximadamente R\$ 93 para R\$ 194 por habitante. Embora esses valores ainda fossem inferiores aos observados na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará nesse período, o município já demonstrava sinais de aumento na atenção a essa área. O crescimento no investimento pode refletir esforços locais para mi-

tigar riscos climáticos e estruturais, ainda que em menor escala do que em outras esferas territoriais (Gráfico 24).

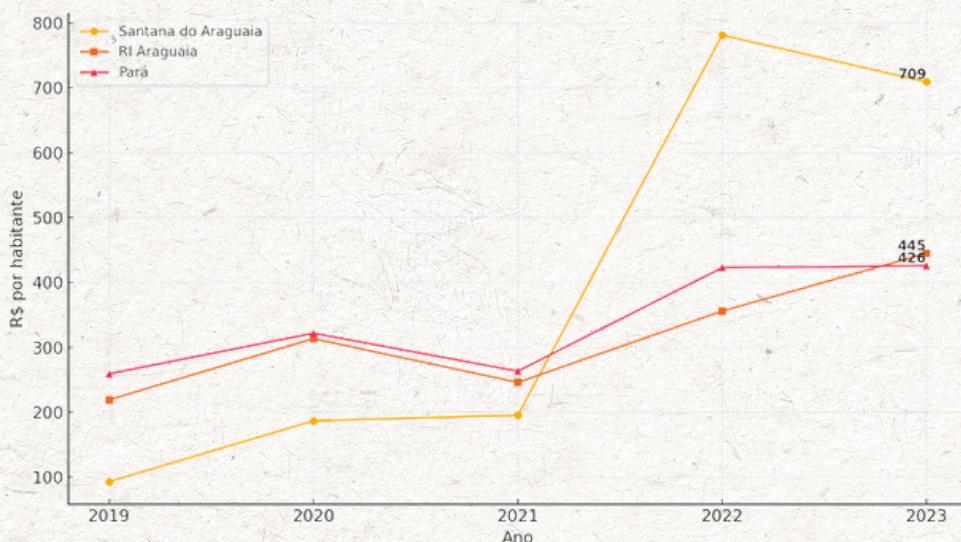
Em 2022, houve uma inflexão significativa na trajetória, com os gastos saltando para R\$ 780 por habitante – valor muito acima da média da RI Araguaia (R\$ 357) e do estado do Pará (R\$ 425). Esse aumento pode estar associado a eventos climáticos extremos enfrentados pelo município, como inundações ou deslizamentos, ou



à execução de projetos de grande porte financiados com recursos extraordinários, como transferências federais ou estaduais destinadas a ações de prevenção (Gráfico 24).

Apesar da leve retração em 2023 (R\$ 709), o patamar de gastos se manteve elevado em relação aos anos anteriores, posicionando Santana do Araguaia como um dos municípios com maior investimento per capita na área entre os recortes analisados. A manutenção desse foco orçamentário é positiva, pois indica uma priorização da resiliência territorial e da redução de vulnerabilidades socioambientais. No entanto, é importante assegurar que esses investimentos estejam alinhados a diagnósticos técnicos e estratégias de longo prazo para que seus impactos sejam efetivos e duradouros (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 709/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No caso da despesa per capita com preservação aquática, Santana do Araguaia manteve um patamar bastante estável e modesto entre 2019 e 2021, com valores variando entre R\$ 35 e R\$ 37 por habitante. Durante esse período, os gastos do município ficaram muito abaixo dos observados em níveis mais amplos. Em 2020, por exemplo, o estado do Pará gastava cerca de R\$ 280 por habitante, e a RI Araguaia alcançava mais de R\$ 215, sinalizando um investimento significativamente superior na conservação de recursos hídricos (Gráfico 25).



A partir de 2022, no entanto, tanto o município quanto as demais regiões apresentaram uma acentuada retração nos investimentos na área, com Santana do Araguaia atingindo seu menor nível da série (R\$ 20). Em 2023, houve uma pequena recuperação, chegando a R\$ 26 por habitante, ainda assim bastante inferior aos R\$ 287 aplicados pelo estado do Pará no mesmo

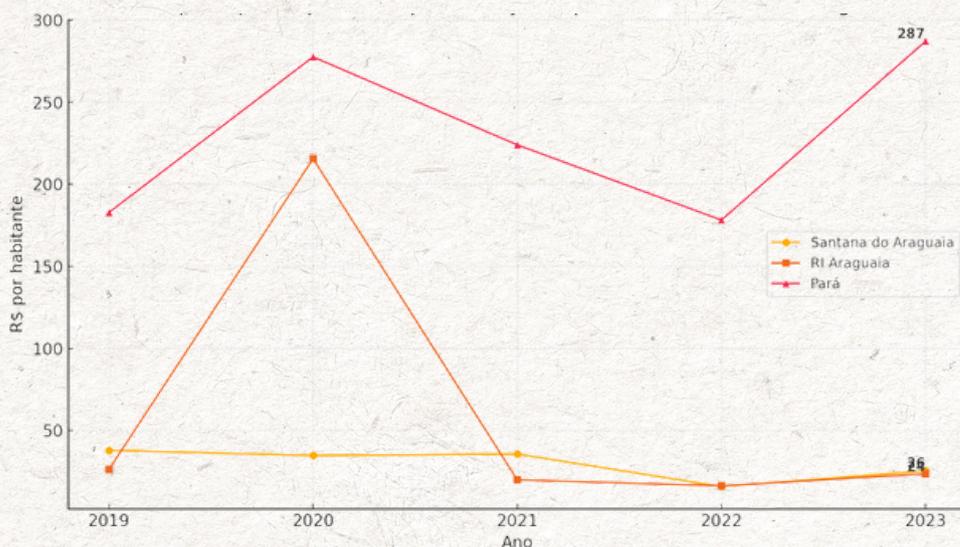
ano. A manutenção de valores baixos indica que a preservação dos ecossistemas aquáticos não tem sido uma prioridade na agenda ambiental local (Gráfico 25).

Esse cenário é preocupante, considerando que a proteção dos corpos d'água é essencial para a segurança hídrica, qualidade ambiental e saúde pública. O distanciamento de Santana do Araguaia em rela-



ção aos esforços estaduais pode comprometer sua capacidade de lidar com impactos decorrentes da poluição hídrica, da escassez de água e da degradação de habitats aquáticos. Portanto, é fundamental que o município reforce sua política de gestão ambiental com ênfase na conservação dos recursos hídricos, seja por meio de parcerias, captação de recursos externos ou reorganização interna de prioridades orçamentárias (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 26/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total no município de Santana do Araguaia manteve-se praticamente estável, oscilando levemente entre 29,7% e 29,0%. Esse padrão de estabilidade contrasta com os valores significativamente mais altos observados tanto na Região de Integração Araguaia quanto no estado do Pará. A baixa representatividade da cobertura florestal em Santana do Araguaia pode estar relacionada à forte presença de atividades agropecuárias, que historicamente pressionam os ecossistemas naturais (Gráfico 26).

A Região de Integração Araguaia apresentou comportamento mais variado, com estabilidade em torno de 50% até

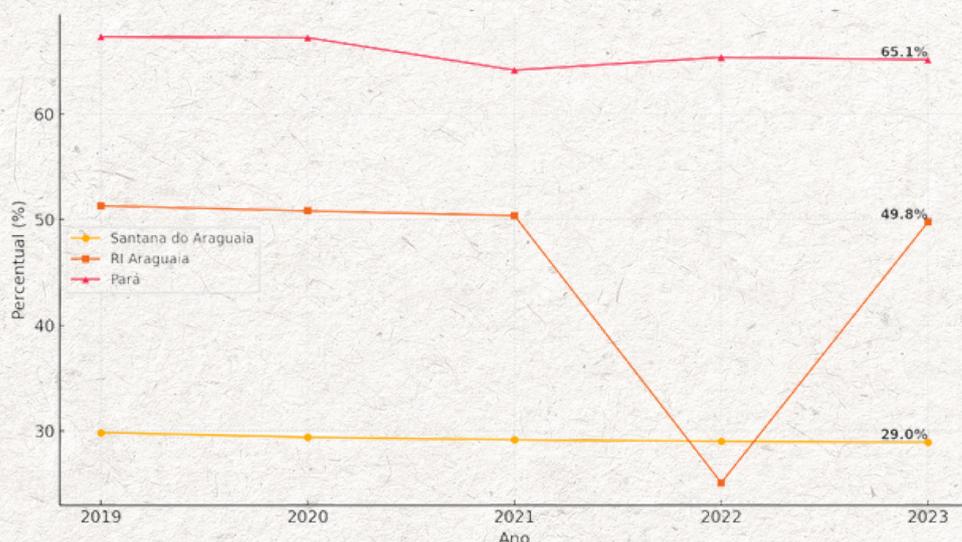
2021, queda abrupta para 25% em 2022 e subsequente recuperação para 49,8% em 2023. Essa oscilação pode indicar inconsistências no registro de dados ou variações sazonais/agressivas na cobertura florestal de determinadas áreas do território regional. Já o estado do Pará mostrou maior estabilidade e patamares ele-



vados, mantendo-se entre 63,7% e 65,1% de cobertura florestal, o que reforça sua posição como importante fronteira ambiental da Amazônia Legal (Gráfico 26).

No geral, os dados revelam que Santana do Araguaia possui uma das menores proporções de área florestada entre os recortes analisados, sugerindo muita antropização do território. Essa realidade demanda atenção quanto ao uso e ocupação do solo, bem como à necessidade de implementar políticas de recuperação de áreas degradadas e preservação de remanescentes florestais, principalmente em áreas de nascentes, margens de rios e reservas legais (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Santana do Araguaia, o percentual da área desmatada manteve-se em um patamar crítico ao longo de todo o período analisado, variando muito pouco entre 63,1% e 63,6%. Esses valores revelam que praticamente dois terços do território municipal já passaram por supressão da vegetação nativa, indicando uma paisagem fortemente modificada por atividades antrópicas, sobretudo pela expansão agropecuária. A persistência desse nível elevado de desmatamento destaca a ausência de ações significativas voltadas à recomposição florestal ou à contenção de novas supressões (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi

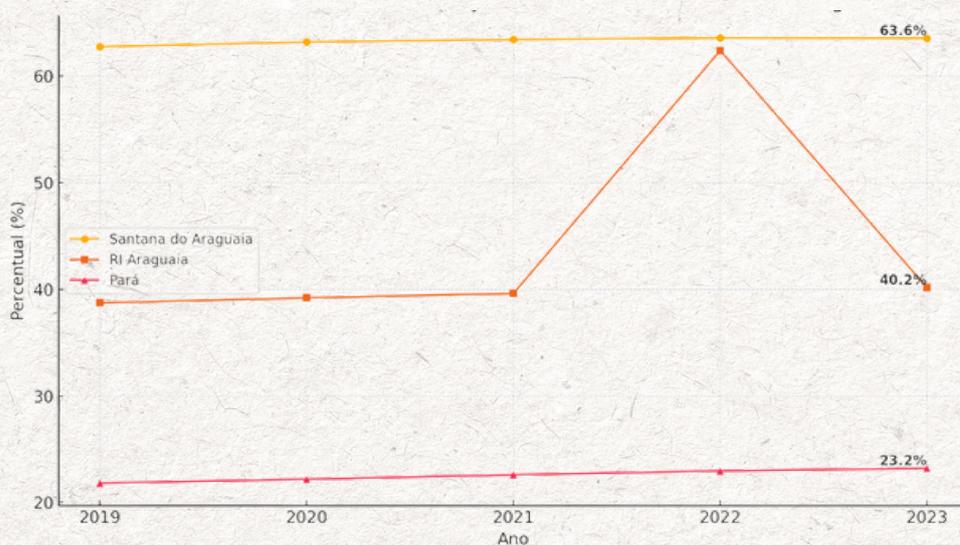
diferente. Entre 2019 e 2021, o percentual de área desmatada manteve-se em torno de 39%, mas houve um pico abrupto em 2022, alcançando 63,6%, e uma queda expressiva no ano seguinte, retornando a 40,2% em 2023. Essa variação pode refletir alterações metodológicas nos registros de cobertura do solo, impactos concentrados de expansão agrícola ou ações pontuais de fiscalização que influenciaram a reversão parcial da tendência. Ainda assim, a região apresenta um grau de pressão ambiental elevado, principalmente nos últimos anos (Gráfico 27).

Já no estado do Pará, os níveis de desmatamento foram significativamente inferiores ao longo da série histórica, oscilando de forma suave en-

tre 22,0% e 23,2%. Isso demonstra que, apesar dos desafios históricos relacionados à preservação ambiental, o estado ainda mantém uma proporção considerável de vegetação nativa preservada. A comparação entre os três níveis territoriais evidencia o quanto mais avançado é o processo de desmatamento em Santana do Araguaia, demandando políticas urgentes de restauração ecológica, revisão de licenças de uso do solo e incentivo a práticas produtivas sustentáveis que respeitem os limites ambientais do território (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

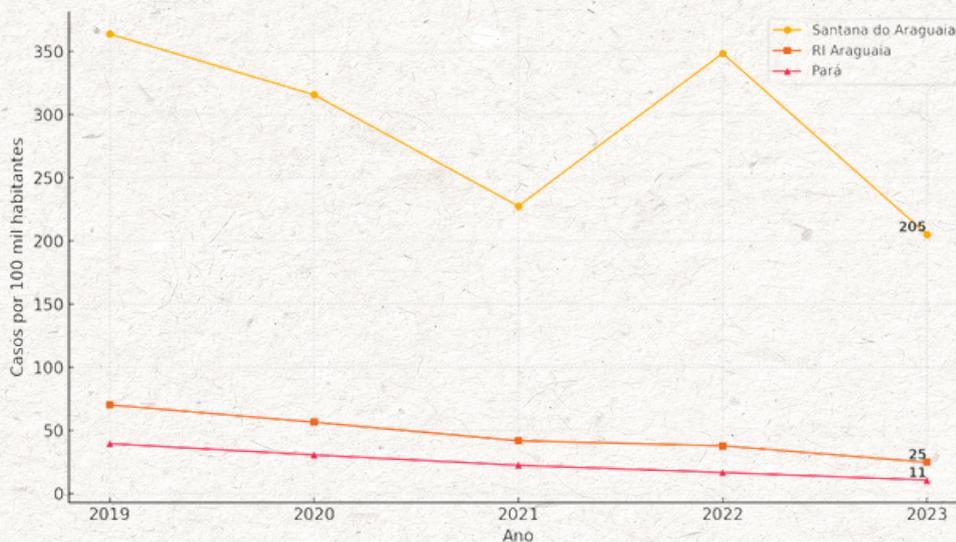
Entre 2019 e 2021, o município de Santana do Araguaia apresentou uma trajetória de queda no número de casos de trabalho infantil, com o indicador recuando de 364 para 229 por 100 mil habitantes. Essa redução é positiva e pode estar relacionada a ações de fiscalização, campanhas de conscientização e programas sociais voltados à proteção da infância. Ainda assim, os níveis permanecem significativamente superior à média da Região de Integração Araguaia (60 casos) e do estado do Pará (23 casos) em 2021 (Gráfico 28).

Em 2022, entretanto, observou-se uma reversão na tendência, com um aumento expressivo para 351 casos por 100 mil habitantes, o que representa um retorno a patamares críticos e reforça a fragilidade da política pública local para erradicação do trabalho infantil. Esse salto pode ter sido impulsionado por efeitos econômicos residuais da pandemia, como desemprego familiar, evasão escolar e ampliação da informalidade, forçando crianças e adolescentes a contribuírem com a renda doméstica (Gráfico 28).



Já em 2023, o município voltou a registrar queda, atingindo 205 casos por 100 mil habitantes. Apesar da melhora, Santana do Araguaia ainda apresenta valores muito acima da média estadual (11) e regional (25), o que demonstra que o problema continua enraizado. Para avançar na erradicação do trabalho infantil, o município precisa reforçar a articulação entre assistência social, educação e fiscalização, com foco nas famílias vulneráveis e em territórios de maior incidência (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 205 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

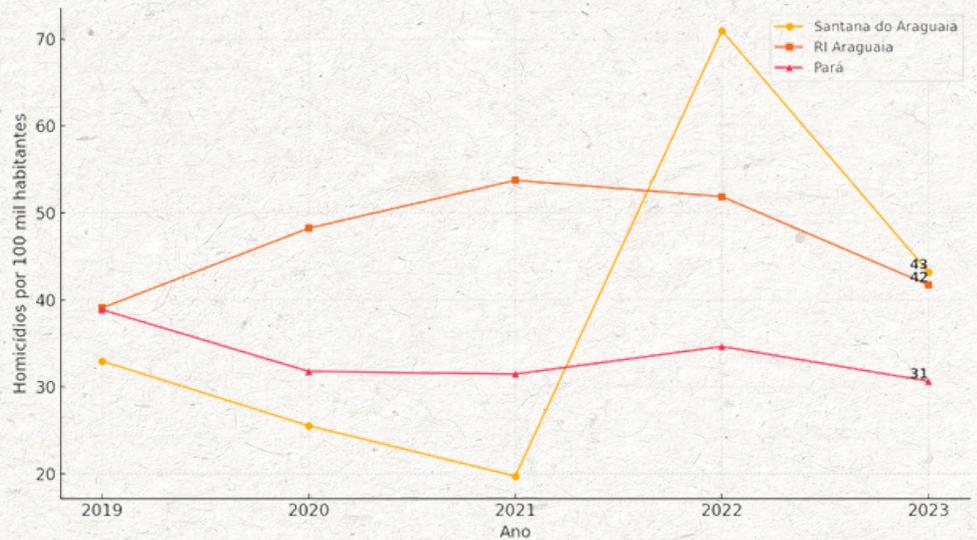
De 2019 a 2021, Santana do Araguaia apresentou tendência de queda na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, indo de 33 para 19 casos. Esse período marca um cenário de relativa tranquilidade em comparação à Região de Integração Araguaia (que oscilava em torno de 48 a 54) e ao estado do Pará (em torno de 31 a 39). A queda pode estar relacionada a maior presença do poder público, políticas de segurança preventiva ou baixa densidade populacional urbana (Gráfico 29).

Contudo, em 2022, o município apresentou uma disparada brusca no indicador, atingindo 71 homicídios por 100 mil habitantes – mais que o dobro da média estadual e regional naquele ano. Essa explosão pode refletir conflitos locais, aumento da criminalidade organizada, falhas na repressão penal ou tensões associadas a disputas agrárias e expansão urbana desordenada. É um alerta importante sobre a instabilidade na segurança pública municipal (Gráfico 29).

Em 2023, a taxa voltou a cair de forma significativa, chegando a 43 homicídios por 100 mil habitantes, praticamente igualando-se à média da RI Araguaia (42) e ainda superior ao Pará (31). Apesar da queda, o valor ainda indica níveis elevados de violência letal. Para enfrentar essa realidade, são necessárias políticas integradas de segurança pública com ênfase em inteligência policial, inclusão social e mediação de conflitos territoriais, além de fortalecimento dos serviços de justiça e proteção à juventude (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

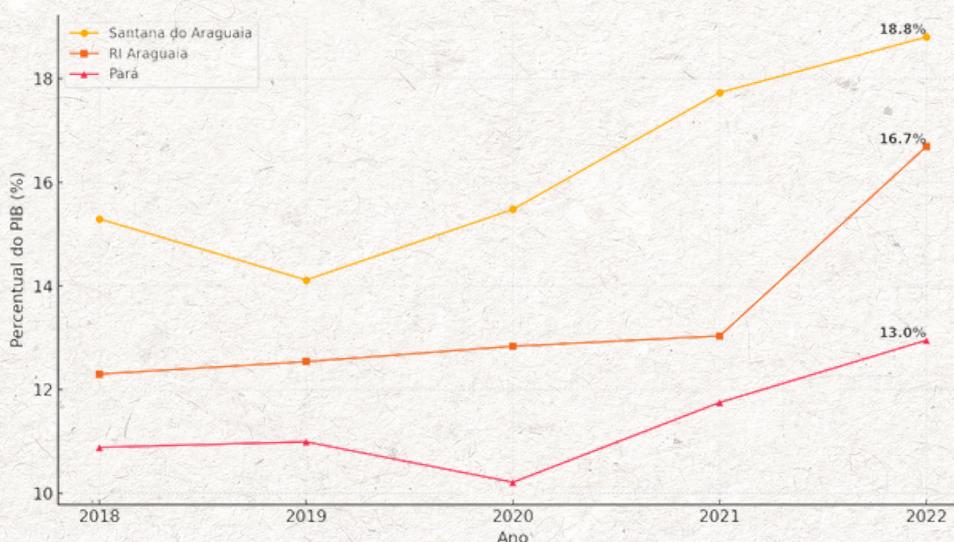
Entre 2018 e 2022, o indicador de Gasto Público Municipal como percentual do PIB em Santana do Araguaia apresentou um crescimento consistente, saindo de 15,3% em 2018 para 18,8% em 2022. Após uma leve queda em 2019 (14,1%), os gastos públicos em relação à atividade econômica local voltaram a crescer ano a ano, especialmente a partir de 2020. Essa tendência de elevação pode refletir um aumento no volume de despesas municipais, combinado com relativa estabilidade ou crescimento moderado do PIB local, o que eleva a proporção entre gastos e produto (Gráfico 30).

Comparando com a Região de Integração Araguaia, observa-se que Santana do Araguaia manteve-se consistentemente acima da média regional durante todo o período analisado. A RI teve um crescimento expressivo apenas em 2022, quando saltou de 13,0% para 16,7% do PIB, aproximando-se dos níveis de Santana. Esse comportamento pode indicar uma intensificação dos investimentos públicos na região como um todo, possivelmente como resposta a demandas reprimidas da pandemia ou pela execução de projetos estratégicos concentrados naquele ano (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, os gastos municipais como percentual do PIB permaneceram em patamar inferior aos demais recortes, oscilando entre 10,2% e 13,0% no período. Essa diferença reforça o papel relativamente mais ativo do poder público municipal em Santana do Araguaia no financiamento de políticas e serviços locais. No entanto, também pode sinalizar uma maior dependência do setor público diante de uma base econômica menos diversificada, o que exige atenção à sustentabilidade fiscal e à qualidade dos investimentos realizados (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

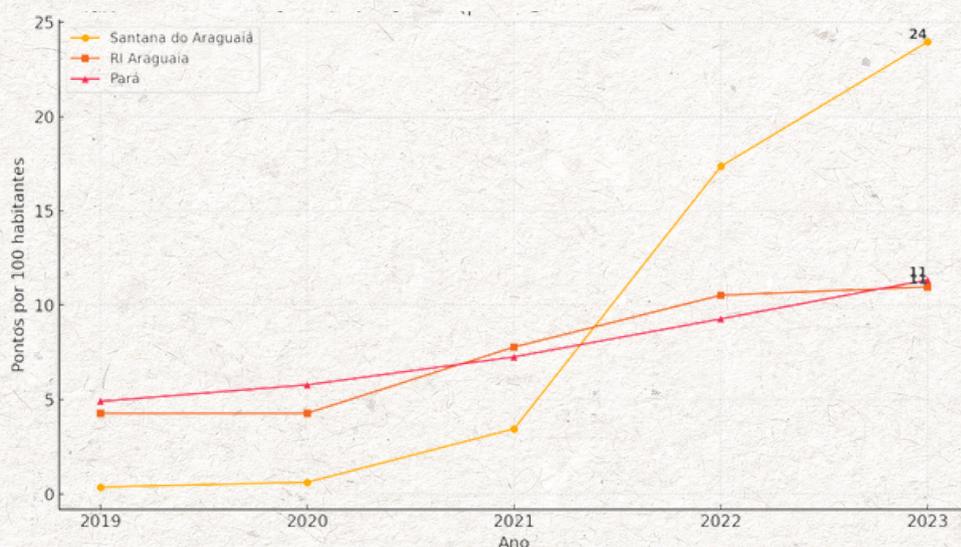
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Santana do Araguaia apresentou uma trajetória de crescimento exponencial, passando de apenas 0,4 para 24 pontos por 100 habitantes. Esse avanço reflete uma significativa ampliação da infraestrutura digital no município, possivelmente impulsionada por investimentos públicos e privados, além da demanda intensificada por conectividade durante e após a pandemia da COVID-19. Esse salto demonstra uma clara evolução no acesso à informação e à inclusão digital da população local (Gráfico 31).

Na comparação com a Região de Integração Araguaia, observa-se que Santana do Araguaia partia de uma base muito inferior, mas superou rapidamente os valores regionais a partir de 2022. Enquanto a RI Araguaia passou de 4,4 pontos em 2019 para 11,1 em 2023, o município saltou para mais que o dobro desse valor no mesmo período. Esse descolamento sugere que o município adotou estratégias mais eficazes de expansão da conectividade, ou foi alvo de projetos específicos que aceleraram a implementação da banda larga fixa em áreas urbanas e semiurbanas (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o avanço também foi positivo, porém mais gradual, subindo de 5 para 11 pontos por 100 habitantes entre 2019 e 2023. Ainda que o estado apresente um padrão de crescimento contínuo, o desempenho de Santana do Araguaia destaca-se fortemente no contexto estadual, colocando o município em posição de destaque quanto ao acesso à internet fixa. Esse cenário representa um importante potencial para o desenvolvimento local, especialmente em áreas como educação, serviços públicos digitais, empreendedorismo e inovação tecnológica (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



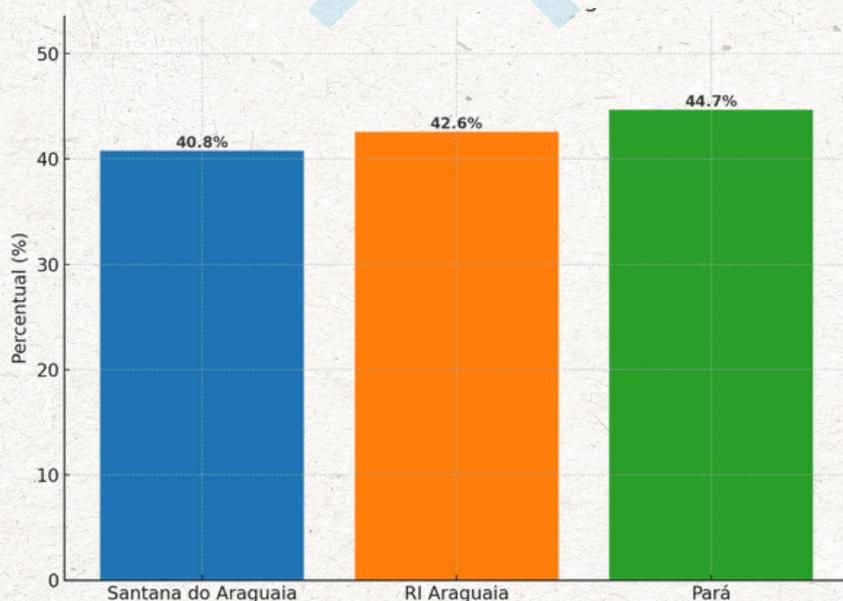
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santana do Araguaia** registrou um IDS de **40,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santana do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



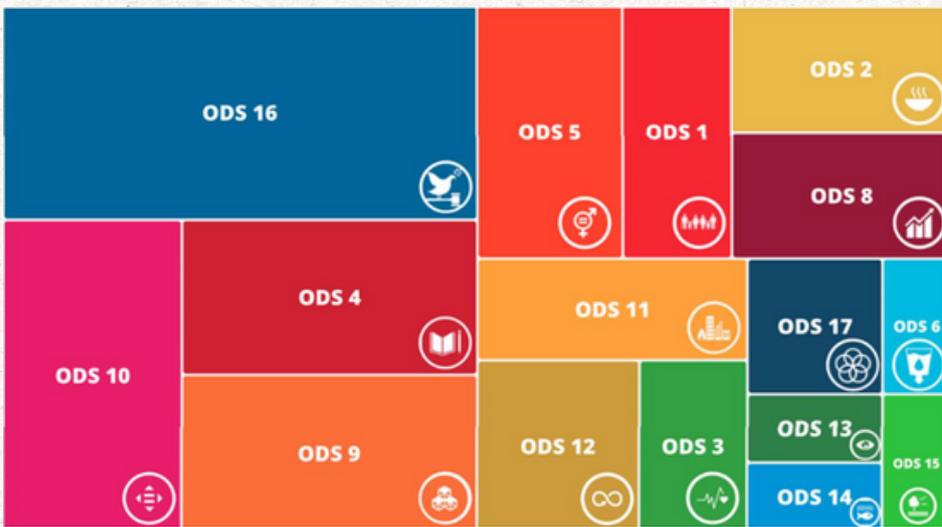
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

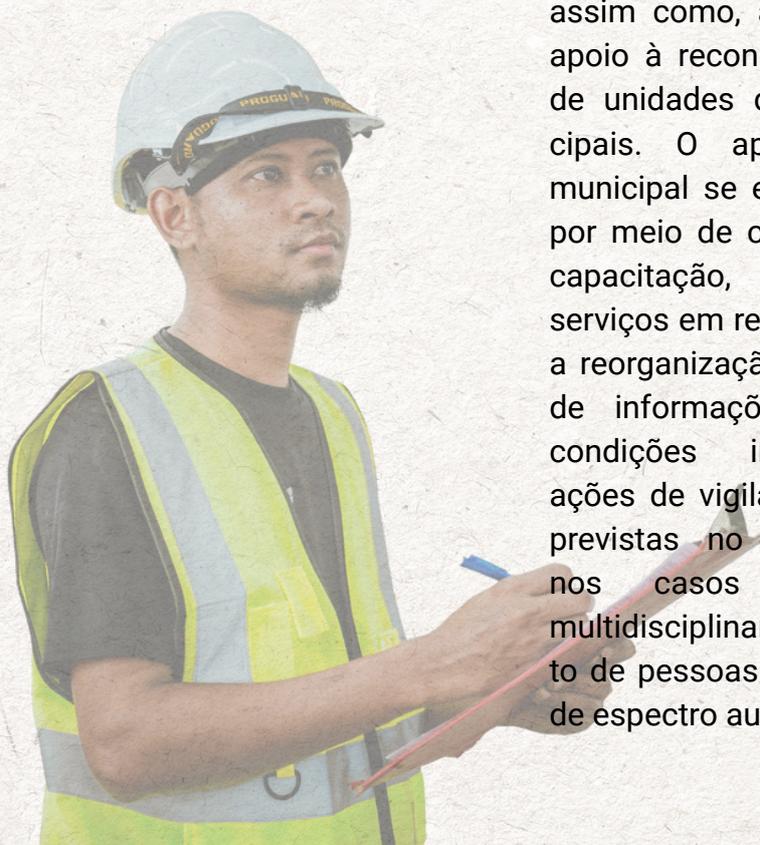


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46% de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

